

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Subsídio cresce 60% nas contas de energia de distribuidoras em 2018	2
Título: Consequências econômicas da Operação Lava-Jato.....	4
Título: EIG, dona do Açú, está confiante com retomada do petróleo no país.....	6
Título: Americana prevê novos investimentos na Prumo	9
Título: Consequências econômicas da Operação Lava-Jato.....	10
Título: GDSolar investirá R\$ 800 mi até 2021	13
Título: Petrobras intensificará corte de custos no ano que vem	14
Título: Petroleira pede mediação do TST	15
Título: Falta de CAR pode barrar usinas no RenovaBio.....	17
Título: Setor de etanol cobra promessas de Trump.....	19
Título: Com Neoenergia, Petros volta ao mercado de IPOs.....	20
Título: Petrobras abre a reserva para oferta de debêntures de R\$ 3 bi	22
Título: CCJ da Câmara aprova PEC que permite agropecuária em terra indígena.....	24
Título: Bolsonaro usa reunião sobre floresta para atacar reserva.....	26
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	28
Título: Empresário envolvido no caso Itaipu visitou Planalto em fevereiro	28
Título: Bolsonaro tira foco de queimadas e sugere exploração de terra indígena	29
VEÍCULO: O Globo.....	31
Título: Estados terão restrições para uso de recurso de megaleilão	31
Título: Plataforma da Petrobras vaza óleo no litoral do Rio	32

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/08/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Subsídio cresce 60% nas contas de energia de distribuidoras em 2018**

O total de subsídios cobrados dos clientes das distribuidoras de energia para garantir o suprimento de fonte renovável, com exceção de grandes hidrelétricas, a pequenos e médios consumidores livres cresceu cerca de 60% em um ano. O valor relativo a esse apoio passou de R\$ 1,9 bilhão, em 2017, para cerca de R\$ 3 bilhões no ano passado, de acordo com dados do Ministério de Minas e Energia (MME).

Pela regulação atual do setor elétrico, os chamados consumidores "especiais", empresas com demanda de 500 quilowatts (kW) até 2,5 megawatts (MW), que contratam energia de projetos de fontes "incentivadas" (eólica, solar, biomassa, e pequena central hidrelétrica) possuem desconto de 50% na tarifa de uso da rede de distribuição (Tusd). Os outros 50% são cobrados na tarifa das distribuidoras.

Segundo a secretária-executiva do MME, Marisete Pereira, o impacto do subsídio foi o principal motivo para o governo retomar a discussão sobre redução gradual dos limites de migração de consumidores do mercado cativo para o livre. A ideia é que ao longo dos próximos anos os consumidores deixem de ser especiais e comprem energia no mercado livre de qualquer fonte, eliminando o subsídio.

"É uma forma de permitir que esses consumidores adquiram energia de qualquer fonte, não apenas de fontes incentivadas. Isso faz com que os subsídios não cresçam", explicou ao **Valor**.

Na segunda-feira, o MME prorrogou para 7 de setembro o prazo para recebimento de contribuições para a consulta pública que discute a ampliação do mercado livre, para dar mais tempo aos interessados se manifestarem.

Pela proposta do MME, o limite de migração de consumidores totalmente livres (que podem comprar energia de qualquer fonte) passará de 2 MW para 1,5 MW a partir de janeiro de 2021. A partir de julho de 2021, o limite cairá novamente, para 1 MW. E, em janeiro de 2022, para 500 kW.

Além disso, pela proposta, até o fim de janeiro de 2022, deverão ser feitos estudos sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do

mercado livre para consumidores com carga inferior a 500 kW. A ideia é que o cronograma de abertura total do mercado de energia elétrica (incluindo consumidores residenciais) tenha início em janeiro de 2024.

Por outro lado, as distribuidoras de energia se queixam de uma abertura maior do mercado livre, o que estimula a saída de consumidores do mercado regulado. Pereira explica que a proposta do governo considerou os dois aspectos: o custo do subsídio e o efeito da migração de clientes para o mercado livre. "Essa migração não causaria perturbação ou desequilíbrio para as distribuidoras", disse ela.

Com relação à reforma do marco legal do setor elétrico, o ministério planeja encaminhar a proposta sobre o assunto por meio de aprimoramento em um dos dois projetos de lei (PLs) relativos ao tema que já tramitam no Congresso.

"A ideia é contribuir para a melhoria de projetos que estão em tramitação no Congresso", disse ela. Segundo a secretária-executiva, essa é uma orientação do **ministro Bento Albuquerque**.

Os PLs em trâmite no Congresso são fruto das discussões relativas à consulta pública (CP) 33, lançada em 2017 pelo ministério e que debateu com o mercado as bases para uma ampla reforma do setor.

No início deste ano, porém, o MME criou um grupo de trabalho para discutir a modernização do setor elétrico. O grupo, que teve como ponto de partida os resultados da CP 33, tem prazo para concluir o trabalho no início de outubro.

A ideia, explicou Pereira, é aproveitar o que já foi feito no âmbito da CP 33, fazer um diagnóstico e apresentar aperfeiçoamentos. "Sempre me refiro à CP 33. Concluído o diagnóstico, identificaremos o que podemos oferecer com melhorias no projeto", afirmou.

Questionada se a mesma estratégia pode ser adotada para o plano de capitalização da Eletrobras, ou seja, aproveitar um PL na Câmara, a secretária-executiva disse que a forma de apresentação do tema no Congresso ainda será definida pelo governo com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Sobre o PL que traz a solução jurídica para o déficit causado pelo risco hidrológico, que trava a liquidação mensal do mercado de curto prazo de energia em R\$ 7 bilhões, ela disse esperar que ele seja aprovado logo pelo Senado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/08/2019****Seção: Opinião****Autor: Luiz Fernando de Paula e Rafael Moura****Título: Consequências econômicas da Operação Lava-Jato**

No dia 1º de janeiro de 2011, quando o então presidente Lula entregou a faixa presidencial para Dilma Rousseff, o ambiente envolvendo o Brasil era de enorme otimismo. Tamanho otimismo parecia corroborado por bons indicadores até então: no plano econômico, o país acabava de registrar uma impressionante taxa de crescimento do PIB na ordem de 7,5% ao ano, uma das maiores vistas na Nova República. Concomitantemente, em plena crise financeira global, o governo adotara um conjunto de medidas anticíclicas a partir do final de 2008 que permitiram uma rápida recuperação econômica e contínua queda dos níveis de desemprego. Na esfera política, Dilma herdava uma enorme popularidade e base congressual relativamente confortável para a implementação de sua agenda.

Anos depois, o quadro se reverteu dramaticamente. No plano econômico, o crescimento marcante na década de 2000 deu lugar a uma desaceleração gradual seguida de forte recessão em 2015 e 2016, acompanhada de agudo aumento do desemprego (de 4,9% em fins de 2014 para 11,2% em maio de 2016 quando a presidente deixa o cargo). Já na esfera política, o cenário das eleições altamente polarizadas de 2014 se deteriorou e assistiu a mobilizações contra Dilma Rousseff e o PT, para além da relação cada vez mais conflituosa entre o Poder Executivo e o Legislativo, capitaneado por Eduardo Cunha. O desfecho desse quadro foi a deposição da mandatária via um contestado processo de impeachment, tendo como alegação o discutível argumento de "pedaladas fiscais".

Intimamente imbricada a toda essa turbulência econômica e política do país esteve a Operação Lava-Jato, formalizada a partir de 2014 e com forte impacto tanto para a crise política quanto econômica. A Operação se mostrou nevrálgica para o desfecho visto em duas cadeias produtivas até então pujantes e interligadas da economia: a de petróleo e gás e a de construção civil.

Não é tarefa fácil estimar o impacto agregado da Operação Lava-Jato sobre a economia. Consultorias tais como GO Associados e Tendências, por exemplo, calculam algo em torno de 2 a 2,5% de contribuição nas retrações do PIB de 2015 e 2016 respectivamente, em função dos impactos nos setores

metalomecânico, naval, construção civil e engenharia pesada cujas perdas podem totalizar até R\$ 142 bilhões.

Os principais efeitos da crise se concentraram na indústria de construção civil, sofrendo com a paralisia resultante da retração aguda dos investimentos estatais pelos efeitos da Lava-Jato. Os indicadores são impressionantes: entre 2014 e 2017, o setor registrou saldo negativo entre contratações e demissões de 991.734 vagas formais (com preponderância na região Sudeste); entre 2014 e 2016, representou 1.115.223 dos 5.110.284 (ou 21,8%) da perda total de postos da população ocupada no período.

Quando analisamos as maiores empreiteiras, seu desmonte e descapitalização também são notórios. Os dados levantados pelo jornal "O Empreiteiro" mostram que somente entre 2015 e 2016, por exemplo, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa tiveram queda em suas receitas brutas de, respectivamente, 37%, 31% e 39%. A Odebrecht é o caso mais emblemático: a maior construtora nacional tinha, em 2014, um faturamento bruto de R\$ 107 bilhões, com 168 mil funcionários e operações em 27 países. Já em 2017 - quase quatro anos após a eclosão do escândalo e seu presidente/herdeiro preso - seu faturamento era de R\$ 82 bilhões, com 58 mil funcionários e atividades apenas em 14 países.

Setor de petróleo e gás foi a ponta de lança do processo de desmonte da engenharia e infraestrutura do país

Outros gigantes do setor - Queiroz Galvão, OAS, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa - também tiveram um derretimento de seus ativos financeiros consolidados de uma ordem de R\$ 25,77 bilhões em 2014 para aproximadamente R\$ 8,041 bilhões em 2017 (perda de 68,6%).

Muitas empreiteiras, obrigadas a executarem planos de desinvestimentos para adequar-se ao novo cenário de menos projetos e obras, além de arcar com pesados acordos de leniência junto às autoridades, também se desfizeram de muitos ativos para grupos estrangeiros: Odebrecht inicia processo de venda da subsidiária Braskem, até então a maior firma petroquímica da América Latina produtora de biopolímeros com participação expressiva da Petrobras, ao grupo holandês LyondellBasell; Andrade Gutierrez vende seu controle sobre a Oi para acionistas holandeses e portugueses; Camargo Corrêa vende a CPFL para a chinesa State Grid.

No que tange ao setor de petróleo, o escândalo envolvendo o cartel montado entre a estatal e demais empresas se dá em meio a uma forte queda no preço da commodity afetando os resultados financeiros da Petrobras, que apresentam prejuízos líquidos de R\$ 26,6 bilhões no último trimestre de 2014 e de R\$ 36,9

bilhões no último trimestre de 2015. A crise fez a empresa arrefecer seu volume de investimentos do montante aproximado de US\$ 48,8 bilhões em 2013 para US\$ 15,1 bilhões em 2017: uma retração de quase 70%.

As inversões da estatal caem de 1,97% do PIB em 2013 para 0,73% do PIB em 2017 e de 9,44% do volume total de investimentos para 4,69% no mesmo recorte. Dentro do próprio conjunto de investimentos públicos, o volume responsável pela Petrobras também caiu de 49,3% em 2013 para 36,5% em 2017. Essa retração aguda da atuação da empresa contribuiu para uma redução dos trabalhadores empregados formalmente no Sistema Petrobras de 86.108 para 68.829 entre 2013 e 2016, e de 360.180 para 117.555 entre os terceirizados no período equivalente. Ou seja, num intervalo de quatro anos a cadeia produtiva direta da empresa teve perda de quase 260 mil postos de trabalho formais e informais.

A crise no setor de petróleo em função do escândalo da Petrobras, somada à nova inclinação programática liberalizante do governo Temer, levou a uma reversão radical da política para o setor e venda maciça de refinarias e ativos da estatal. A Petrobras se desfez de 90% de seus ativos relativos a uma rede de dutos do Sudeste - Nova Transportadora Sudeste (NTS) - para o grupo canadense Brookfield e da rede de gasodutos e transportes nas regiões Norte e Nordeste - TAG - para o grupo francês Engie.

Em síntese, o segmento de petróleo e gás foi a ponta de lança do processo de desestruturação econômica e desmonte da engenharia e infraestrutura do Brasil, acentuando inclusive uma tendência grave de desnacionalização das atividades produtivas do país em curso desde o pós-Plano Real. A desestruturação desses dois setores - construção civil e petróleo e gás - contribuiu sobremaneira, por um lado, para o aprofundamento da crise econômica a partir de 2015, ao qual não nos recuperamos até momento; de outro, para a desestruturação de alguns dos poucos setores em que o capital nacional era forte e competitivo a nível internacional. Não é pouca coisa.

Luiz Fernando de Paula é professor do IE/UFRJ e Coordenador do Geep/Iesp/UERJ.

Rafael Moura é doutorando de Ciências Políticas do Iesp/UERJ.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Francisco Góes | Do Rio

Título: EIG, dona do Açú, está confiante com retomada do petróleo no país

Há seis anos no controle da Prumo Logística, dona do porto do Açu, idealizado por Eike Batista em São João da Barra (RJ), a EIG Global Energy Partners considera que o seu principal investimento no Brasil entra em um novo ciclo. Essa transição tem duas fases. A primeira, desde 2013 até o momento, é marcada por investimentos de US\$ 1,3 bilhão (R\$ 5 bilhões) feitos pela empresa americana para desenvolver infraestrutura e criar um 'hub' de energia no Açu, que se voltou ao atendimento da indústria de petróleo e gás. A segunda etapa, a partir de agora, busca colher os resultados de projetos que, uma vez desenvolvidos à base de investimentos maciços, se tornaram operacionais e vêm gerando receitas crescentes no terminal portuário.

"Ninguém pode nos acusar de falta de convicção no projeto [do Açu]", disse ao **Valor** Blair Thomas, presidente da EIG. A afirmação é uma referência ao fato de os primeiros anos da empresa à frente da Prumo terem coincidido com a recessão econômica do Brasil e com o "colapso" nos preços do petróleo. A EIG detém 76% da Prumo e os outros 24% pertencem à Mubadala, de Abu Dhabi. A EIG assumiu a Prumo em 2013 no auge da crise do grupo EBX, de Eike, e no ano passado concluiu uma operação de fechamento de capital, deslistando a empresa da bolsa. Sob o comando da EIG, a Prumo focou o Açu no petróleo e gás, diferente da ideia original de Eike que previa a instalação de siderúrgicas e até de fábrica de automóveis no local.

Thomas reconhece que a maior parte do investimento da EIG no Açu ocorreu em "dias sombrios" para a economia brasileira, período marcado pela recessão e pela queda nos preços do petróleo. Mas agora ele vê a Prumo preparada para capturar, de forma crescente, os ganhos dos aportes feitos nos últimos anos, embora reconheça que o negócio de infraestrutura é um "jogo de longo prazo".

"Como investidores, não pegamos um centavo desde que entramos no negócio", disse Thomas. A política da empresa é reinvestir cada centavo gerado pelas subsidiárias. Em 2019, a receita total prevista para as subsidiárias da Prumo é de R\$ 2 bilhões, acima dos R\$ 1,2 bilhão de 2018. A empresa tem seis subsidiárias, sendo as três mais representativas para os resultados a Ferroport, a Açu Petróleo e a Porto do Açu (*ver quadro acima*). "O que estamos fazendo é pegar o lucro da Ferroport, por exemplo, e reinvestir no desenvolvimento da GNA [Gas Natural Açu]. Fazemos a reciclagem de capital e continuamos o crescimento", diz Thomas. No consolidado, porém, a Prumo vêm operando no

vermelho, o que é esperado em projetos de infraestrutura em que o ciclo de retorno do investimento é de longo prazo.

Apesar das dificuldades da economia brasileira, Thomas identifica "transformações positivas" no mercado de óleo e gás no país. Cita a retomada dos investimentos por petroleiras e fornecedores globais, em meio à volta dos leilões de petróleo e do programa de venda de ativos da Petrobras. "Tudo isso é positivo para o Açu. Vemos isso todos os dias na atividade portuária. O nível de atividade que vemos hoje é superior a de dois anos atrás, devido à melhora em torno do segmento de energia no Brasil."

As oportunidades de negócios da EIG, no Brasil, contudo, não se resumem à expansão dos negócios da Prumo. O grupo americano acompanha também as oportunidades de aquisições no país e a agenda de privatizações do governo brasileiro. "Como participante do mercado privado, acredito pessoalmente que será ótima [a privatização da Petrobras]", disse Thomas ao ser questionado sobre a intenção do governo de privatizar a sua maior estatal até 2022.

EIG investiu US\$ 1,3 bi para desenvolver infraestrutura no porto do Açu (RJ) desde 2013, diz Blair Thomas

Ele afirma que a EIG também tem olhado com atenção o programa de desinvestimentos conduzido pela Petrobras. A empresa participou recentemente, sem sucesso, dos processos competitivos para compra da Transportadora Associada de Gás (TAG) e dos campos de Pampo e Enchova, na Bacia de Campos. "Mas estamos à procura de novas oportunidades de investimentos", disse Thomas.

O executivo também disse ver como positiva a intenção da Petrobras de vender 51% da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG). A americana é sócia da estatal brasileira no ativo, mas ainda não decidiu se será uma "compradora ou vendedora" no processo. A EIG segue ainda de perto o programa de desinvestimentos da Petrobras na área de refino e "praticamente tudo relacionado à infraestrutura". "No geral, o programa [de desinvestimentos da Petrobras] é ótimo", disse.

No Açu, a ideia é concentrar esforços comerciais na captura de novos clientes e negócios. Os primeiros anos foram marcados pelo desenvolvimento do porto, com destaque para a criação da Ferroport (joint venture com a Anglo American no minério de ferro) e a Açu Petróleo (parceria com a Oiltanking, para transbordo de óleo).

Para marcar o novo ciclo, a EIG fez mudanças na equipe da Prumo. Ex-presidente da Petrobras e atual chairman da BRF, Pedro Parente assume uma das cadeiras do conselho de administração da empresa, que será reforçado também pela chegada de Ieda Gomes (ex-presidente da Comgás e BP Brasil) e Franklin Feder (ex-presidente da Alcoa América Latina). Carlos Tadeu Fraga, ex-Petrobras, assumiu em junho a presidência da Prumo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Francisco Góes | Do Rio

Título: Americana prevê novos investimentos na Prumo

A Prumo Logística Global, dona do Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), mantém a política de investir no desenvolvimento do ativo, no litoral norte fluminense, seis anos depois de ter assumido o porto. A companhia formou a Gas Natural Açu (GNA) com Siemens e BP para construção de um complexo termelétrico no porto e, segundo Blair Thomas, presidente global da EIG Global Energy Partners, controladora da Prumo, ainda espera continuar investindo na infraestrutura do porto "pelos próximos dez a quinze anos". Gasodutos, unidades de processamento de gás, terminais de armazenamento de petróleo e oleodutos são alguns dos projetos para o futuro.

A GNA está investindo US\$ 2 bilhões em terminal de gás natural liquefeito (GNL) e em duas térmicas a gás, que somam 3 gigawatts (GW) de potência instalada. Entre 60% e 70% dos recursos, devem ser financiados. Para a construção da primeira usina, de 1,3 GW, prevista para 2020, a GNA fechou a operação de financiamento, de US\$ 750 milhões, junto ao IFC (International Finance Corporation, vinculado ao Banco Mundial), KfW e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O project finance da segunda usina (1,7 GW) está em negociação.

Tadeu Fraga, presidente da Prumo, diz que a empresa ainda possui outros 3,4 GW licenciados e que vai tentar negociar novos projetos no próximo leilão de energia A-6, marcado para outubro. Ele afirma que as termelétricas construídas pela GNA vão consumir, no início, GNL importado, mas que a ideia é que, no futuro, o complexo termelétrico do Açu possa receber gás do pré-sal.

"Há uma mudança na regulação do gás natural em curso no Brasil e uma grande quantidade de gás que será produzida offshore. E esperamos ter um gasoduto offshore conectando o Açu. O GNL é a primeira fase, mas vemos uma grande oportunidade no futuro para ter o gás do pré-sal suprimindo as termelétricas e também alimentando indústrias que poderão se instalar no Açu", diz.

A Prumo tem planos de construir um gasoduto interligando campos do pré-sal ao Açu. A intenção é fazer do porto um "hub" de gás, com unidades e processamento de gás e conexão com a malha nacional de gasodutos terrestres. "Temos uma tremenda oportunidade de abrigar indústrias", afirma Thomas, que também vê no Açu potencial para receber investimentos no refino e petroquímica. "Se alguém decide construir uma refinaria, precisa de acesso à terra e hidrocarbonetos. Temos os dois."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Luiz Fernando de Paula e Rafael Moura

Título: Consequências econômicas da Operação Lava-Jato

No dia 1º de janeiro de 2011, quando o então presidente Lula entregou a faixa presidencial para Dilma Rousseff, o ambiente envolvendo o Brasil era de enorme otimismo. Tamanho otimismo parecia corroborado por bons indicadores até então: no plano econômico, o país acabava de registrar uma impressionante taxa de crescimento do PIB na ordem de 7,5% ao ano, uma das maiores vistas na Nova República. Concomitantemente, em plena crise financeira global, o governo adotara um conjunto de medidas anticíclicas a partir do final de 2008 que permitiram uma rápida recuperação econômica e contínua queda dos níveis de desemprego. Na esfera política, Dilma herdava uma enorme popularidade e base congressual relativamente confortável para a implementação de sua agenda.

Anos depois, o quadro se reverteu dramaticamente. No plano econômico, o crescimento marcante na década de 2000 deu lugar a uma desaceleração gradual seguida de forte recessão em 2015 e 2016, acompanhada de agudo aumento do desemprego (de 4,9% em fins de 2014 para 11,2% em maio de 2016 quando a presidente deixa o cargo). Já na esfera política, o cenário das eleições altamente polarizadas de 2014 se deteriorou e assistiu a mobilizações contra Dilma Rousseff e o PT, para além da relação cada vez mais conflituosa entre o Poder Executivo e o Legislativo, capitaneado por Eduardo Cunha. O desfecho desse quadro foi a deposição da mandatária via um contestado processo de impeachment, tendo como alegação o discutível argumento de "pedaladas fiscais".

Intimamente imbricada a toda essa turbulência econômica e política do país esteve a Operação Lava-Jato, formalizada a partir de 2014 e com forte impacto tanto para a crise política quanto econômica. A Operação se mostrou nevrálgica para o desfecho visto em duas cadeias produtivas até então pujantes e interligadas da economia: a de petróleo e gás e a de construção civil.

Não é tarefa fácil estimar o impacto agregado da Operação Lava-Jato sobre a economia. Consultorias tais como GO Associados e Tendências, por exemplo, calculam algo em torno de 2 a 2,5% de contribuição nas retrações do PIB de 2015 e 2016 respectivamente, em função dos impactos nos setores metalomecânico, naval, construção civil e engenharia pesada cujas perdas podem totalizar até R\$ 142 bilhões.

Os principais efeitos da crise se concentraram na indústria de construção civil, sofrendo com a paralisia resultante da retração aguda dos investimentos estatais pelos efeitos da Lava-Jato. Os indicadores são impressionantes: entre 2014 e 2017, o setor registrou saldo negativo entre contratações e demissões de 991.734 vagas formais (com preponderância na região Sudeste); entre 2014 e 2016, representou 1.115.223 dos 5.110.284 (ou 21,8%) da perda total de postos da população ocupada no período.

Quando analisamos as maiores empreiteiras, seu desmonte e descapitalização também são notórios. Os dados levantados pelo jornal "O Empreiteiro" mostram que somente entre 2015 e 2016, por exemplo, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa tiveram queda em suas receitas brutas de, respectivamente, 37%, 31% e 39%. A Odebrecht é o caso mais emblemático: a maior construtora nacional tinha, em 2014, um faturamento bruto de R\$ 107 bilhões, com 168 mil funcionários e operações em 27 países. Já em 2017 - quase quatro anos após a eclosão do escândalo e seu presidente/herdeiro preso - seu faturamento era de R\$ 82 bilhões, com 58 mil funcionários e atividades apenas em 14 países.

Setor de petróleo e gás foi a ponta de lança do processo de desmonte da engenharia e infraestrutura do país

Outros gigantes do setor - Queiroz Galvão, OAS, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa - também tiveram um derretimento de seus ativos financeiros consolidados de uma ordem de R\$ 25,77 bilhões em 2014 para aproximadamente R\$ 8,041 bilhões em 2017 (perda de 68,6%).

Muitas empreiteiras, obrigadas a executarem planos de desinvestimentos para adequar-se ao novo cenário de menos projetos e obras, além de arcar com pesados acordos de leniência junto às autoridades, também se desfizeram de muitos ativos para grupos estrangeiros: Odebrecht inicia processo de venda da subsidiária Braskem, até então a maior firma petroquímica da América Latina produtora de biopolímeros com participação expressiva da Petrobras, ao grupo holandês LyondellBasell; Andrade Gutierrez vende seu controle sobre a Oi para acionistas holandeses e portugueses; Camargo Corrêa vende a CPFL para a chinesa State Grid.

No que tange ao setor de petróleo, o escândalo envolvendo o cartel montado entre a estatal e demais empresas se dá em meio a uma forte queda no preço da commodity afetando os resultados financeiros da Petrobrás, que apresentam prejuízos líquidos de R\$ 26,6 bilhões no último trimestre de 2014 e de R\$ 36,9 bilhões no último trimestre de 2015. A crise fez a empresa arrefecer seu volume de investimentos do montante aproximado de US\$ 48,8 bilhões em 2013 para US\$ 15,1 bilhões em 2017: uma retração de quase 70%.

As inversões da estatal caem de 1,97% do PIB em 2013 para 0,73% do PIB em 2017 e de 9,44% do volume total de investimentos para 4,69% no mesmo recorte. Dentro do próprio conjunto de investimentos públicos, o volume responsável pela Petrobras também caiu de 49,3% em 2013 para 36,5% em 2017. Essa retração aguda da atuação da empresa contribuiu para uma redução dos trabalhadores empregados formalmente no Sistema Petrobras de 86.108 para 68.829 entre 2013 e 2016, e de 360.180 para 117.555 entre os terceirizados no período equivalente. Ou seja, num intervalo de quatro anos a cadeia produtiva direta da empresa teve perda de quase 260 mil postos de trabalho formais e informais.

A crise no setor de petróleo em função do escândalo da Petrobras, somada à nova inclinação programática liberalizante do governo Temer, levou a uma reversão radical da política para o setor e venda maciça de refinarias e ativos da estatal. A Petrobras se desfez de 90% de seus ativos relativos a uma rede de dutos do Sudeste - Nova Transportadora Sudeste (NTS) - para o grupo canadense Brookfield e da rede de gasodutos e transportes nas regiões Norte e Nordeste - TAG - para o grupo francês Engie.

Em síntese, o segmento de petróleo e gás foi a ponta de lança do processo de desestruturação econômica e desmonte da engenharia e infraestrutura do Brasil, acentuando inclusive uma tendência grave de desnacionalização das atividades produtivas do país em curso desde o pós-Plano Real. A desestruturação desses dois setores - construção civil e petróleo e gás - contribuiu sobremaneira, por um lado, para o aprofundamento da crise econômica a partir de 2015, ao qual não nos recuperamos até momento; de outro, para a desestruturação de alguns dos poucos setores em que o capital nacional era forte e competitivo a nível internacional. Não é pouca coisa.

Luiz Fernando de Paula é professor do IE/UFRJ e Coordenador do Geep/Iesp/UERJ.

Rafael Moura é doutorando de Ciências Políticas do Iesp/UERJ.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/08/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: GDSolar investirá R\$ 800 mi até 2021**

O grupo brasileiro GDSolar, especializado em construção e operação de usinas solares fotovoltaicas, prevê investir R\$ 800 milhões até o fim de 2020. Com isso, o investimento total da companhia, desde a sua criação, em 2015, alcançará R\$ 1,2 bilhão no fim do próximo ano.

Os investimentos serão destinados a duas novas áreas de negócio da companhia: uma voltada para comercialização de energia e outra para mobilidade elétrica. Com relação à primeira, a estratégia é construir usinas solares fotovoltaicas para fornecer energia para consumidores livres, por meios de contratos de longo prazo (PPAs, sigla em inglês de "power purchase agreement").

A empresa já está construindo projetos com capacidade total de 50 megawatts-pico (MWp, unidade de potência de projetos de energia solar) para atender o novo negócio. O objetivo é dobrar esse número para 100 MWp até o fim de 2020.

Na área de mobilidade, a companhia pretende iniciar nos próximos meses a operação de um sistema de abastecimento e locação de veículos elétricos, únicos ou para frotas completas, com fornecimento de energia solar, no Estado de São Paulo. A solução é voltada para o público que depende de um veículo para fazer entregas, transporte urbano ou coleta de lixo.

A frota planejada inicialmente pela GDSolar inclui 18 ônibus biarticulados, 50 caminhões de lixo e 30 veículos urbanos de carga (VUCs). O modelo de negócio prevê a locação dos veículos, com a responsabilidade operacional sendo da GDSolar Mobilidade Elétrica, empresa do grupo GDSolar criada para esta finalidade.

A ideia é que os veículos sejam abastecidos em pontos criados pela GDSolar Mobilidade Elétrica. O fornecimento de energia para esses pontos será feito por uma usina de 5 MWp em construção pelo grupo. "Não adianta ter um veículo elétrico abastecido na ponta por uma termelétrica a combustível fóssil. Estamos

trabalhando no ciclo renovável", afirmou Ricardo Costa, fundador e presidente do grupo GDSolar.

Com os novos negócios, a companhia mudou sua estrutura. Foi criada a holding GDSolar. Abaixo dela estarão a GDSolar Energia, primeira unidade de negócio do grupo e responsável pelo desenvolvimento de projetos no modelo de geração distribuída (GD) remota, a GDSolar Mobilidade Elétrica e a GDSolar Comercializadora, que ficará responsável pelos projetos voltados para o mercado livre.

Antes das novas áreas de negócio, a GDSolar atuava basicamente na construção de parques solares para arrendamento de energia por empresas de diversos setores, como telecomunicações, financeiro, de varejo e bebidas - este negócio ficará a cargo da GDSolar Energia.

Até o fim deste ano, o portfólio da empresa será composto por 27 usinas, com 100 MWp de capacidade, evitando a emissão de 1,6 toneladas de dióxido de carbono por mês. Entre os principais clientes do grupo hoje estão Itaú, Claro, Oi, TIM e Magazine Luiza.

Os novos investimentos serão realizados com recursos próprios da companhia e financiamentos

A GDSolar tem como acionistas Costa e outros três executivos, além do fundo Bravia. O grupo projeta triplicar o faturamento em 2019, ante o ano anterior, porém não revela os números por questões estratégicas.

A companhia não descarta uma possível oferta pública inicial de ações (IPO na sigla em inglês) no futuro. Segundo o presidente da GDSolar Energia, Alexandre Gomes, porém, neste momento, o objetivo da empresa é o amadurecimento do setor de energia solar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras intensificará corte de custos no ano que vem

A Petrobras pretende trabalhar com metas "mais desafiadoras" de redução de custos para 2020, disse a diretora financeira e de relações com investidores da companhia, Andrea Marques de Almeida. Ela destacou que a petroleira se prepara o aumento da competição que terá pela frente no mercado de refino e

trabalha para voltar ao posto que "ela merece" e ser reconhecida novamente como uma empresa com grau de investimento pelas agências de classificação de risco.

"Vamos ter metas mais desafiadoras para o ano de 2020. Sabemos que precisamos disso [corte de custos] para transformar a Petrobras numa empresa mais competitiva e capaz de competir não só no mercado internacional, como também no local, onde estaremos abrindo vários negócios para sermos mais competitivos, como é o caso do próprio refino", disse Almeida, em entrevista à XP Investimentos, em referência ao compromisso assumido junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para venda de oito de suas 14 refinarias, no Brasil.

A Petrobras anunciou neste ano um plano de resiliência, com previsão de redução de custos da ordem de US\$ 8,1 bilhões até 2023, com base em cortes de gastos com pessoal e de despesas discricionárias (como publicidade e patrocínios) e economias derivadas da otimização do uso de prédios administrativos. Além disso, a estatal também pretende obter ganhos com a transformação digital.

"Todas as empresas de commodities, sejam elas mineradoras ou de petróleo e gás, têm uma receita que é volátil. O que elas têm que fazer e vêm fazendo ao longo do tempo é reduzir custos de uma forma sustentável", defendeu.

Andrea destacou que o corte de despesas é um dos pilares para a desalavancagem da companhia, ao lado dos desinvestimentos e do aumento da geração de caixa próprio e gestão da dívida.

"O mercado já está reconhecendo o crédito da Petrobras como um crédito melhor. Sabemos que, para chegar ao grau de investimento, ainda falta alguma coisa, mas o crédito já está reagindo, porque a qualidade de crédito da empresa está melhorado. Queremos, num horizonte maior, se o Brasil ajudar, e o país está chegando lá, de novo virar uma empresa de grau de investimento", afirmou.

A petroleira perdeu o seu grau de investimento em 2015, em meio à queda dos preços do petróleo e dos desdobramentos da Lava-Jato e da crise fiscal da União.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petroleira pede mediação do TST

Sem chegar a um termo com os sindicatos dos petroleiros sobre o novo acordo coletivo de trabalho da categoria, a Petrobras entrou com pedido de mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Segundo a estatal, a decisão foi tomada "depois de esgotadas as tentativas de chegar a um acordo nas negociações com as lideranças sindicais". O acordo vigente expira no próximo dia 31 de agosto e perderá a sua eficácia após a data.

A companhia alega que antecipou o início das discussões com os petroleiros para maio, para "evitar contratempos e garantir as melhores condições para o diálogo entre as partes", e que realizou mais de 20 reuniões com as lideranças sindicais. A estatal apresentou outras duas contrapropostas, a última delas no último dia 8. Na ocasião, deu prazo de 15 dias para que os sindicatos ouvissem as bases e dessem uma resposta. O prazo foi encerrado na sexta-feira e, até segunda-feira, apenas um sindicato havia oficializado o resultado das assembleias.

"A companhia tem plena confiança de que a decisão de buscar a mediação do TST é a mais acertada a tomar neste momento, buscando evitar greves e paralisações que venham a prejudicar as suas operações e a população em geral. Desde 1995, a Petrobras concedeu reajustes salariais que representam um ganho real acumulado de 40% acima da inflação. No entanto, não é mais possível tomar decisões sem considerar o potencial de risco que embutem à recuperação e à competitividade da companhia", esclareceu a empresa, em nota.

A Petrobras alega que ainda está longe do desempenho de seus principais concorrentes e que, "apesar de todos os esforços, cada barril de petróleo da Petrobras ainda embute um custo de US\$ 6 em juros, o dobro do montante mais elevado de seus principais concorrentes".

A Petrobras propôs, em sua última contraproposta, um reajuste abaixo da inflação (70% do INPC acumulado entre setembro de 2018 e agosto deste ano) e a retirada de uma série de benefícios do acordo coletivo vigente.

Dentre outras mudanças, a Petrobras propõe reduzir gradualmente o valor do adicional de permanência no Estado do Amazonas, até extingui-lo a partir de 2023, além de encerrar as inscrições do Programa Jovem Universitário. A companhia também aumentou a parcela de contribuição dos empregados no plano de saúde. Por outro lado, a estatal recuou da proposta inicial de extinguir a gratificação a empregados de campo terrestres.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) informou que a proposta "retira direitos importantes da categoria e oferece um reajuste salarial que não cobre sequer a inflação do período". Em carta enviada à Petrobras, o Sindipetro-Rio, vinculado à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), pede, num "gesto de boa-fé negocial", que a estatal prorrogue todas as cláusulas do acordo vigente e não implemente demissões individuais e/ou coletivas decorrentes da venda de ativos, dentre outros pedidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Falta de CAR pode barrar usinas no RenovaBio

Alguns produtores de biocombustíveis estão buscando se credenciar para o primeiro ano de vigência do programa RenovaBio mesmo com fazendas sem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) - que comprova se o terreno está cumprindo com as regras do Código Florestal. A tentativa, porém, pode ser barrada na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Das consultas públicas em curso até agora, a usina da Nardini em Vista Alegre do Alto (SP), a unidade da CerradinhoBio em Chapadão do Céu (GO) e as duas plantas da Abengoa Bioenergia, localizadas nos municípios paulistas de São Luis e São João, inscreveram algumas fazendas sem CAR. Esses processos foram inspecionados pela SGS Sustentabilidade, uma das firmas credenciadas para o programa.

Essas firmas são responsáveis por atribuir aos produtores a nota de eficiência energética de uma usina - ou seja, o quanto o biocombustível produzido "economiza" em emissões de gases-estufa ante o combustível fóssil substituto. A nota é equivalente à quantidade de Créditos de Descarbonização (CBios) a serem emitidos pelo produtor.

No credenciamento da Nardini constam 196 imóveis sem CAR, sendo que dois tiveram o CAR cancelado e oito informaram apenas o CAR estadual. No credenciamento da CerradinhoBio, uma fazenda não teve o CAR informado. Nos processos da Abengoa Bioenergia, 35 imóveis não tinham CAR em 2018, sendo que um teve o registro cancelado.

A SGS Sustentabilidade entende que a resolução 758 da ANP, publicada em novembro e que estabeleceu regras para a certificação, prevê uma exceção com relação à biomassa adquirida especificamente no ano passado, já que a inscrição de produtores rurais no CAR só passou a ser obrigatória em 2019.

"Como a resolução [da ANP] não pode retroagir, a biomassa adquirida antes da obrigatoriedade do CAR pode ser aceita. Mas é uma situação temporária", diz Fabian Gonçalves, gerente da SGS Sustentabilidade. Em sua interpretação, os credenciamentos para 2020, por estarem sendo realizados com base nos dados e regras de 2018, ainda não seriam obrigados a cumprir com o CAR.

O diretor da ANP Aurélio Amaral afirmou ao **Valor** que a situação dos produtores anterior à publicação da resolução (em 27 de novembro de 2018) será avaliada pela diretoria da agência, mas ressaltou que os produtores terão que ter o CAR registrado até a data da publicação da resolução. Ele observou, ainda, que a inscrição no CAR é um fator de elegibilidade no programa. "Sem o CAR, o produtor nem entra", afirmou ele.

Os processos de credenciamento com áreas sem CAR são minoria nas consultas atuais e, mesmo nos processos em que constam, representam uma pequena parcela dos imóveis. Após a consulta, o credenciamento é submetido à ANP, que pode sugerir mudanças ou até negar processos. Ainda não há prazo para a ANP realizar essa avaliação.

Felipe Bottini, sócio da Green Domus, firma que também está realizando inspeção dos produtores, entende que o CAR é obrigatório para todas as áreas credenciadas desde o primeiro ano e que a resolução da ANP não desobriga a fazenda de ter CAR em 31 de dezembro de 2018. "Prescindir do CAR fere o espírito da lei", argumenta.

Para Gonçalves, os produtores que apresentaram áreas sem CAR o fizeram porque pretendem regularizar a situação neste ano, o que os manteria elegíveis para 2021. O credenciamento vale por três anos, mas todo ano os produtores terão que refazer os cálculos de emissões e volume de biomassa elegível.

Se a nota ou o volume elegível que forem recalculados tiverem um decréscimo superior a 10% da nota ou volume anteriores, o produtor é obrigado a se recertificar. Se a diferença for superior a 10%, a nova certificação é opcional.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/08/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Dow Jones Newswires****Título: Setor de etanol cobra promessas de Trump**

O Cinturão do Milho dos Estados Unidos tem muita influência em Washington - especialmente no momento. E isso está vindo a calhar para as empresas de etanol, que têm perdido algumas batalhas para o setor de combustíveis fósseis.

No último ano, políticas que obrigam que a gasolina vendida nos EUA inclua biocombustível feito de milho colidiram contra o alívio dado pelo governo Trump às refinarias de petróleo em um complicado sistema que mantém o fluxo de combustível produzido com o cereal. E essa briga entre as indústrias chegou ao ápice na semana passada.

O debate se dá sobre o Padrão de Combustíveis Renováveis, ou RFS (na sigla em inglês), o primeiro estabelecido pelo Congresso como parte de uma lei de energia de 2005 e expandido significativamente em 2007. O RFS obriga que grandes quantidades de etanol sejam misturadas na gasolina.

Quase toda a gasolina dos Estados Unidos contém 10% de etanol graças à lei, e a política tem beneficiado a demanda por milho. Pequenas refinarias impuseram objeções, dado que muitas enfrentam problemas logísticos para misturar o produto. O custo de comprar os créditos no lugar de fazer a mistura pode ser elevado e, eventualmente, desastroso. Todo ano, muitas refinarias pedem isenções à Agência de Proteção Ambiental (EPA), e lobistas de milho e de etanol têm protestado contra essas isenções - especialmente diante outros desafios econômicos enfrentados atualmente por Washington, como a disputa comercial com Pequim.

Trump prometeu uma expansão do programa de etanol enquanto candidato, mas traçou uma linha tênue entre os grupos conflitantes. No início do mês, por exemplo, a EPA concedeu isenções de mistura de etanol para 31 refinarias, mais do que quatro vezes o nível de 2015.

Grupos de lobby de milho e etanol ficaram furiosos, e os preços das ações de empresas como Pacific Ethanol, Green Plains e Renewable Energy Group caíram. No fim da semana passada, uma concessão parece ter começado a tomar forma - a agência Reuters informou que o governo Trump estava considerando aumentar as cotas de mistura de biocombustível nos próximos anos.

As ações das empresas de etanol inicialmente pularam ante a notícia. E os preços do etanol, que caíram mais de 20% desde junho, recuperaram parte das

perdas, embora os do milho tenham ficado estáveis, mas por causa de informações "baixistas" relacionadas à safra dos EUA.

O negócio de milho em geral é muito maior que o etanol, e o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) estimou que a produção americana alcançará 353 milhões de toneladas nesta safra, enquanto a Associação de Combustíveis Renováveis (RFA) diz que as concessões às refinarias cortarão a demanda em 5,7 milhões de toneladas - a EPA tem atrelado as isenções que concede à demanda por milho.

É bom ter amigos em altos postos, mas as refinarias podem ter um aliado mais poderoso do que Donald Trump - o mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Com Neoenergia, Petros volta ao mercado de IPOs

A participação da Petros na oferta pública inicial de ações (IPO) da Neoenergia marcou a retomada da participação do fundo de pensão dos funcionários da Petrobras em emissões de ações de forma ativa, disse ao **Valor** o diretor de investimentos da entidade, Alexandre Mathias.

"A Petros provavelmente vai ser um dos principais participantes no mercado acionário nos próximos dois a três anos. Vamos reciclar parte da nossa carteira e vamos crescer nossa exposição [em renda variável]. E verificar o potencial de toda emissão, primária ou secundária", afirmou o economista, que assumiu o cargo em abril.

A alocação no IPO da Neoenergia foi "expressiva", segundo Mathias, sem detalhar valores. A oferta, realizada em junho, movimentou perto de R\$ 4 bilhões. Cada investimento será analisado caso a caso, disse o executivo. A Petros não participou da oferta da BR Distribuidora, no mês seguinte, por entender que por se tratar de uma emissão da Petrobras, sua patrocinadora, poderia configurar conflito de interesse.

Mathias considera que apesar de concentrada, a carteira de renda variável da fundação - que representa 20% dos investimentos - é "bem montada", do ponto de vista de performance. De fato, no primeiro semestre do ano, o segmento teve ganhos de dois dígitos, beneficiados pelo avanço de ações como BRF, que subiu 34,6%, no período. A Petros tem uma fatia de 11,5% na empresa.

A fundação não precisa vender participações que não sejam relacionadas às perspectivas de retorno, como já aconteceu no passado, diz o executivo. Um dos principais exemplos é o caso de Itaúsa. A venda da fatia na empresa foi realizada em 2017, na gestão do ex-presidente da Petros, Walter Mendes. Na época, o executivo disse que o negócio, de R\$ 4,5 bilhões, "corrigia um erro". Entre os principais problemas estava a baixa liquidez, considerada inadequada para um plano de benefício definido.

"Estamos confortáveis para vender os ativos na hora que chegarem em nosso preço de venda e comprar o que for pertinente". Este ano, a Petros reduziu sua participação na Totvs para menos de 5% da empresa. Na operação, via blocktrade, a fundação levantou R\$ 280 milhões. Fatias na Coelce (R\$ 150 milhões) e na Paranapanema (R\$ 30 milhões) também foram vendidas em bolsa. E no setor imobiliário, vendeu sua fatia no Shopping Del Rey, em Belo Horizonte (MG), por R\$ 72 milhões.

"Nos próximos dois, três anos, paulatinamente, [a ideia] é reciclar essa carteira em direção a uma exposição mais diversificada", disse o diretor. O movimento busca investimentos mais rentáveis já que a alocação em renda fixa - hoje responsável por 70% do portfólio da fundação - não é mais suficiente para cobrir as metas atuariais.

Tudo vai depender dos modelos analisados na formulação das políticas de investimentos, que ainda será elaborada. Para fazer o movimento a Petros iniciou, sob o comando de Mathias, uma revisão do processo de ALM (Asset Liability Management) - mecanismo de gestão de ativos e passivos. Também está estudando as melhores práticas de gestão dos grandes fundos de pensão dos EUA e do Canadá e dos "endowments" de universidades e de fundos soberanos. Uma terceira frente visa desenvolver um modelo de otimização para a alocação de ativos conforme manda a resolução 4.661, que regula os investimentos das fundações.

A exemplo de outras fundações, a Petros analisa fazer investimentos no exterior e novas alocações em fundos de investimentos em participações (FIPs). No momento, a fundação está fase de seleção de gestores para iniciar os investimentos fora do Brasil. A expectativa é que no último trimestre do ano já tenha condições de iniciá-los, afirmou Mathias.

"Eu acho, pela minha sensibilidade, que um ponto de equilíbrio de um portfólio de um fundo de pensão seja uns 30%, 35% em renda variável, incluindo algo de FIPs. E, como proteção a essa exposição, o investimento no exterior, em favor de juros, câmbio e commodities, e um pouco de ações", disse, citando a elevada correlação dos mercados acionários brasileiro e americano. Ao mesmo tempo em que analisa a alocação em novos FIPs, a Petros dá continuidade à venda de

25% da carteira atual, que apresentou diversos problemas, hoje avaliada em R\$ 1,2 bilhão.

No primeiro semestre, o plano de benefício definido da Petros (PSSP) teve um rendimento de 14% ante a meta atuarial de 4,89%. A expectativa de Mathias é de superávit em 2019. "Para este ano, se o cenário global não atrapalhar, a tendência é que façamos um resultado superavitário bastante importante".

Isso não implica, no entanto, na redução das contribuições adicionais para plano de equacionamento de déficit. Além dos pagamentos extras atuais para sanear o rombo de quase R\$ 28 bilhões entre 2014 e 2017, o resultado negativo no ano passado exigirá novas contribuições. "Começamos a adicionar [resultados positivo] em vez de tirar. Nos próximos anos também esperamos resultados acima da meta atuarial".

A Petros enfrenta um elevado número de processos na Justiça para não pagar os valores, enquanto busca uma solução para o plano problemático, como a migração dos participantes para um novo plano de contribuição definida ou a redução de benefícios. Apesar de não ser da alçada da diretoria de investimentos, Mathias acredita que a situação será resolvida da melhor maneira. "Os problemas do equacionamento estão sendo endereçados no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2019

Seção: Finanças

Autor: Ana Paula Ragazzi | De São Paulo

Título: Petrobras abre a reserva para oferta de debêntures de R\$ 3 bi

A Petrobras iniciou o período de reserva para a venda de R\$ 3 bilhões em debêntures. O mercado acompanha de perto a oferta, pois entende que ela será um termômetro da demanda do investidor por papéis incentivados de infraestrutura e por títulos atrelados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A reserva vai até 9 de setembro.

A emissão da Petrobras sai com a possibilidade de três séries, apresentadas com taxas-teto, ou uma remuneração máxima. O trabalho dos coordenadores, Santander, Itaú BBA, Bradesco e XP, é conseguir demanda para que os papéis paguem menos do que esse teto e para que a dívida seja o menos custosa possível para a empresa. Os recursos irão para o programa de exploração e desenvolvimento da produção de campos da empresa.

As duas primeiras séries são de debêntures de infraestrutura, que têm isenção de Imposto de Renda (IR) para pessoa física. A primeira delas pagará o que for maior entre IPCA mais 3,60% ou NTN-B 2030 mais 0,10% e tem prazo de dez anos. A segunda tem prazo de 15 anos e oferece teto com IPCA mais 3,90% ou NTN-B 2035 mais 0,25%, o que for maior. A terceira, sem incentivo, está saindo a 108% do CDI, com prazo de sete anos. O tamanho de cada uma dependerá da demanda dos investidores.

Frederico Khouri e Odilon Costa, analistas da Eleven Investimentos, observaram em relatório que a terceira série da emissão tem relação risco-retorno-liquidez como "pouco atrativa". Essa é uma das discussões atuais do mercado. No cenário de juros básicos em queda, papéis que oferecem como retorno um percentual do CDI estão sendo rejeitados pelos investidores. Isso porque eles pagam um percentual sobre um valor que já está muito baixo e pode cair ainda mais. Os investidores têm preferido aqueles que pagam CDI mais um percentual fixo, pois pelo menos nesse spread o ganho não declina, ainda que o juro caia. Dados da Anbima mostram que, de janeiro a julho deste ano, as emissões de debêntures atreladas ao percentual do CDI ficaram em 34,4% do total emitido, ante 52,5% do mesmo período de 2018. Já nos papéis que pagam o CDI mais uma taxa fixa, ocorreu o inverso: a fatia saiu de 32% no mesmo intervalo do ano passado para 50,2% em 2019.

A participação dos títulos atrelados ao IPCA saiu de 9% para 15,3%. Esses papéis também estão pagando menos, por conta da redução da referência, as NTN-B. Alguns gestores observaram que uma série de debênture de 10 anos vendida pela Petrobras no início do ano saía a IPCA mais 3,65% (NTN-B + 0,35%) nas negociações no mercado secundário. Na oferta de agora, o teto para o papel de prazo semelhante é o maior entre IPCA mais 3,60% e NTN-B mais 0,10%. Por essa razão, a sinalização é que haverá demanda dos institucionais para os papéis somente no teto. Os analistas da Eleven recomendaram para as pessoas físicas a compra dos títulos incentivados, mas dizendo que são atrativos se saírem a pelo menos IPCA mais 3,50% e IPCA mais 3,80%, nas duas primeiras séries.

Apesar da expectativa do mercado, os investidores reconhecem que a oferta da Petrobras é um caso à parte. A empresa é um nome conhecido dos investidores de varejo, que devem ficar com 10% da oferta, embora eles não participem do processo de definição da remuneração dos papéis. Trata-se de um papel de risco considerado baixo e de uma empresa, agora, com uma perspectiva de ser privatizada. No entanto, essas mesmas características implicam num retorno

mais baixo que pode ficar de fora do radar de algumas das gestoras independentes.

A oferta foi para a rua sem garantia firme dos bancos coordenadores - sinalização de que enxerga forte demanda para seus papéis. Conforme o prospecto, a comissão pela distribuição chega a 2% do total da oferta. Os coordenadores ainda poderão contar com uma comissão pelo sucesso da operação. Na oferta de debêntures que a Petrobras fez no início do ano, a comissão pela distribuição foi de 1,61%; a de sucesso, de 0,67%.

Um analista observa que se a empresa tivesse a garantia, 100% da emissão teria de sair na taxa em que estivesse a demanda. Sem essa garantia, se houver uma demanda acima de R\$ 1 bilhão, que é o valor mínimo para a operação, numa taxa que seja inferior ao teto, a empresa pode optar por captar menos, pagando menos. Diminuir os custos da dívida tem sido a sinalização da empresa, como afirmou a diretora financeira da petroleira, Andrea Almeida, em evento da XP para seus clientes, transmitido via internet ontem. "Estamos saindo das dívidas mais caras. Fizemos recompra de bonds, e vamos fazer operação de gestão de dívida o tempo todo. O mercado já está reconhecendo o crédito da Petrobras como melhor", afirmou. XP e Petrobras ressaltaram que o evento só tratou de assuntos já divulgados pela empresa, respeitando as regras do período de silêncio que envolvem esse tipo de operação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2019

Seção: Política

Autor: Folhapress

Título: CCJ da Câmara aprova PEC que permite agropecuária em terra indígena

BRASÍLIA - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (27) proposta de emenda constitucional (PEC) que permite a exploração agropecuária em terras indígenas.

Foram 33 votos a favor do texto, com 18 votos contrários e uma abstenção.

O texto, que ainda tem que passar por comissão especial e plenário, define que as comunidades indígenas possam explorar "de forma direta e autônoma" suas terras.

No entanto, representantes de povos indígenas são contra a mudança, patrocinada pela bancada ruralista. Manifestantes foram à comissão nesta terça

com cartazes como "o artigo 231 não precisa ser modificado" e "não precisamos de PEC para produzir".

Depois da votação, eles gritaram palavras de ordem como "demarcação já, arrendamento não". Um dos manifestantes gritou: "você tratam a gente como criança, mas nós sabemos o que é melhor para nós".

"Esse artigo é considerado direito fundamental como cláusula pétrea, não poderia ser modificado por interesses estranhos, pessoais, e para a exploração de terceiros", afirmou a deputada Joênia Wapichana (Rede-RR).

Segundo a parlamentar, única indígena eleita em 2018, o texto parte de premissas equivocadas ao dizer que hoje as comunidades não podem praticar autonomamente esse tipo de atividade. "Absurdo porque nós já fazemos isso. Nós precisaríamos de apoio sim, mas para desenvolver atividades produtivas", afirmou.

Já os deputados favoráveis à mudança afirmam que o artigo apenas formaliza uma exploração que já existe, que seria consumada nas terras pelos próprios indígenas.

"Observamos que essa matéria é de suma importância para o desenvolvimento do nosso país", afirmou o Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG). "De forma nenhuma a PEC obriga a exploração", disse.

Depois de acordo com a oposição, o relator Pedro Lupion (DEM-PR) votou pela rejeição da PEC 343, um texto apensado à proposição original.

Essa segunda proposta permitia o arrendamento de até metade das terras indígenas e a exploração de mineração em seus territórios, inclusive sem que fosse necessário aval do Congresso.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou na segunda (26) que, caso o tema "gere mais narrativas negativas" para o país, não instalará a comissão especial para analisar o texto, deixando-o parado na CCJ. Não há ainda definição sobre isso.

O texto avança na Casa em meio a uma crise ambiental que atinge a Amazônia e gerou desgaste para o Brasil no exterior.

Nesta terça, o presidente Jair Bolsonaro utilizou uma reunião com governadores, cuja pauta seria a prevenção de novos incêndios criminosos, para criticar terras indígenas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/08/2019****Seção: Brasil****Autor: Fabio Murakawa e Renan Truffi | De Brasília****Título: Bolsonaro usa reunião sobre floresta para atacar reserva**

Convocada sob o pretexto de discutir a questão das queimadas na floresta amazônica, a reunião entre o presidente Jair Bolsonaro e governadores da região da Amazônia Legal, nesta terça-feira, no Palácio do Planalto, serviu, na verdade, para unificar o discurso crítico à demarcação de terras indígenas e à política de ambiental de governos anteriores. No encontro, Bolsonaro reforçou críticas ao presidente francês, Emmanuel Macron, com quem vem trocando críticas desde o início da crise.

A dissidência foi aberta pelos governadores do Pará, Hélder Barbalho (MDB), e Flávio Dino (PCdoB). Barbalho disse a Bolsonaro que o país está "perdendo muito tempo" com as críticas de Macron. Dino afirmou que "não é o momento para rasgar dinheiro". Era uma referência à recusa de Bolsonaro em aceitar a ajuda de US\$ 20 milhões do G-7 para o combate aos incêndios e aos cortes promovidos por Alemanha e Noruega no Fundo Amazônia por discordância sobre a política ambiental do país.

Falando ao vivo na TV pública, Bolsonaro e os governadores se revezaram nas críticas a um licenciamento ambiental "rigoroso" e a um "excesso" de áreas de proteção. Logo no início da reunião, o presidente questionou os governadores, por exemplo, sobre o porquê de tantas terras demarcadas. "Temos em torno de 40% do território tomado por terras indígenas. Por que tantas terras indígenas?"

A pergunta foi respondida pelo governador de Roraima, Antonio Denarium (PSL), que tem referendado o discurso de Bolsonaro. "Isso foi fruto de uma política de terra indigenista. As áreas indígenas e as ONGs de todo o Brasil estão concentradas nessas áreas das nossas riquezas", criticou.

Bolsonaro listou, em tom de indignação, alguns novos pedidos de demarcações que estariam sobre sua mesa. "A gente está mostrando para o mundo, para o Brasil em especial, onde nós chegamos com essa política ambiental que não foi usada de forma racional", disse.

O governador do Tocantins, Mauro Carlesse (DEM), minimizou a questão das queimadas ao dizer que isso acontece todos os anos por causa da seca. Ele aproveitou ainda para enfatizar a dificuldade que tem de escoar produtos do

Estado para outras partes do país devido às reservas indígenas na Ilha do Bananal.

O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM), apoiou Bolsonaro nas críticas. "O que me preocupa mais é essa guerra de comunicação que se estabeleceu, que está sendo patrocinada pelos nossos concorrentes mundiais", disse. "Macron está surfando nas cinzas da Amazônia, mas não está preocupado com o ambiente. Ele pretende criar barreiras para os produtos brasileiros." Mendes defendeu que os governos possam retirar as riquezas que estão sob os territórios indígenas.

Já o governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), disse que não é possível preservar a Amazônia enquanto os moradores dessas regiões passam dificuldades. "Não há como preservar a biodiversidade com pobreza. Enquanto nosso povo estiver passando fome não vai dar para preservar", disse.

Em determinado momento, o ministro do Gabinete de Segurança (GSI), Augusto Heleno, tomou a palavra para criticar o passado colonial da França e chamar de "molecagem" as falas de Macron sobre o ambiente no Brasil.

Foi quando Barbalho fez uma reprimenda, dirigindo-se a Bolsonaro. "Estamos perdendo muito tempo com o Macron. Temos que cuidar do nosso país e tocar a vida", afirmou. "Nós temos que cuidar dos nossos problemas. É preciso sinalizar para o mundo a diplomacia ambiental, que é fundamental para o agronegócio."

Barbalho pediu ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, "uma manifestação" de que os recursos do Fundo Amazônia são importantes para o Brasil. Ele se queixou de declarações de Salles e de Bolsonaro que passavam a impressão de desdém em relação a centenas de milhares de dólares congelados por Alemanha e Noruega por discordâncias quanto à política ambiental brasileira.

Para ele, a comunicação feita pelas autoridades federais na reunião, de que o dinheiro é importante, era "muito diferente da que foi colocada no início desta crise".

Flavio Dino defendeu o fundo como "uma ferramenta da qual nós não podemos abrir mão".

O ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, afirmou que evoluiu a ação dos militares no combate às queimadas na Amazônia. Ele disse que Chile e Equador vão ceder aeronaves. Questionado sobre a ajuda francesa, ele disse que o assunto cabe ao Itamaraty, mas disse acreditar que no momento, "não é o

caso". Sobre a falta de recursos das Forças Armadas para honrar os contratos, acrescentou que conta com o desbloqueio de parte da verba nos próximos dias.

Sobre o combate ao fogo na Amazônia, Azevedo disse que a operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) está operando com dois comandos militares, do Norte e da Amazônia, com tropas do Exército, Marinha e Aeronáutica, e que a chegada das chuvas na região oeste reforçou o trabalho dos militares. O ministro adiantou que os recursos já foram liberados.

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Advocacia-Geral da União (AGU) manifestou-se favorável pela destinação inicial de R\$ 500 milhões do fundo da Petrobras para conter o desmatamento na Amazônia. O montante é quase metade do que havia sugerido a Procuradoria-Geral da República: R\$ 1,2 bilhão.

O advogado-geral da União, André Mendonça, afirma que esta é a solução que permitirá atender o problema das queimadas, sem descuidar dos valores destinados a políticas para a educação infantil e bem-estar das crianças, outra finalidade do fundo. **(Colaboraram Andrea Jubé e Luísa Martins)**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/08/2019

Seção: Internacional

Autor: Ricardo Galhardo

Título: Empresário envolvido no caso Itaipu visitou Planalto em fevereiro

Alexandre Giordano diz que se reuniu com então chefe da Secom, que nega que encontro tenha ocorrido

O empresário Alexandre Giordano, suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP), esteve no Palácio do Planalto no dia 27 de fevereiro, segundo o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A visita ocorreu um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro ter ido a Foz do Iguaçu, na fronteira com o Paraguai, para dar posse ao diretor brasileiro da hidrelétrica de Itaipu, o general Joaquim Silva e Luna – o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, também participou da cerimônia.

Ao Estado, Giordano disse que foi se encontrar com o então chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Floriano Amorim, na condição de empresário. Segundo ele, a visita foi a única vez que esteve no Planalto. “Fui lá para conhecer o chefe da Secom, sempre na minha carreira solo como empresário. Não tem nada, absolutamente nada a ver com Itaipu”, afirmou. De acordo com ele, Bolsonaro não estava no palácio no momento da visita. A agenda do presidente não registra eventos na manhã do dia 27 de fevereiro.

A Secom foi procurada e negou que o encontro tenha acontecido. “O então secretário de Comunicação Social, Floriano Amorim, não conhece tal pessoa e nunca o recebeu”, disse a Secom, em nota. No entanto, segundo resposta do GSI a um pedido de informações feito pelo deputado Ivan Valente (PSOL-SP), Giordano esteve no Palácio às 8h59 do dia 27 de fevereiro. A resposta não especifica com quem o empresário foi se encontrar nem em quais salas esteve. O documento foi revelado na terça-feira pela revista Carta Capital.

Um dia antes, Bolsonaro esteve com Abdo Benítez em Foz do Iguaçu. A revelação dos termos do acordo firmado – e depois cancelado – entre os dois países, que permitiria a venda de energia paraguaia por empresas privadas no Brasil, provocou uma crise política no país vizinho e chegou a ameaçar o mandato de Abdo. O suplente de senador participou das negociações sobre a comercialização no Brasil da energia excedente de Itaipu pertencente ao Paraguai.

Ele foi duas vezes ao país vizinho em aviões particulares ao lado de representantes da empresa Léros, que é alvo de investigação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso paraguaio que apura um suposto privilégio à empresa brasileira na comercialização da energia paraguaia. Em mensagens entregues ao Ministério Público do Paraguai, o advogado José Rodríguez, que se apresentava como assessor jurídico da vice-presidência do Paraguai, dizia que a Léros representava o “governo brasileiro”.

Giordano, que possui empresas interessadas no comércio de energia, chegou a sublocar uma sala para o diretório estadual do PSL, cujo presidente é o deputado Eduardo Bolsonaro. O empresário também chegou a se reunir com dirigentes da Administração Nacional de Energía (Ande, a estatal paraguaia) duas vezes para negociar a comercialização do excedente de Itaipu, mas desistiu do negócio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/08/2019

Seção: Metrópole

Autor: Julia Lindner Mariana Haubert Mateus Vargas / BRASÍLIA

Título: Bolsonaro tira foco de queimadas e sugere exploração de terra indígena

Ambiente. Em reunião com governadores da Região Amazônica, ele indagou quanto do território de cada Estado está ‘inviabilizado’ por terras protegidas e criticou políticas de outros governos: ‘Se eu demarcar, pode ter certeza de que o fogo acaba em cinco minutos’

Convocada para discutir queimadas e transmitida pelas redes sociais, a reunião de Jair Bolsonaro com governadores da Região Amazônica serviu ontem para o presidente da República reiterar a defesa da exploração econômica de terras indígenas e de áreas de preservação, o que ele tem feito desde a campanha eleitoral de 2018.

Bolsonaro disse que o encontro mostrou ao mundo “aonde chegamos com essa política ambiental, que não foi usada de forma racional”. Ele perguntou, ao fim da fala de cada governador, quanto do território do seu Estado estava “inviabilizado” por terras protegidas. Segundo Bolsonaro, muitas das reservas “têm aspecto estratégico que alguém programou”. A reunião com o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal ainda expôs uma divisão política entre os governadores. “Índio não faz lobby e consegue ter 14% do território nacional demarcado. Uma das intenções é nos inviabilizar”, disse Bolsonaro. Os governadores de Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Tocantins concordaram com o presidente no sentido de que é preciso haver formas de estimular a produção nessas terras.

Conforme Bolsonaro, há pressão internacional nessa área. “Se eu demarcar agora, pode ter certeza de que o fogo acaba em cinco minutos”, afirmou. Ele já havia insinuado que organizações não governamentais (ONGs) poderiam ser responsáveis pelas queimadas, mas não apresentou provas.

Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), o País tem 462 terras indígenas no Brasil, 54% delas na Região Norte. Conforme Bolsonaro, há 498 pedidos de demarcação no Ministério da Justiça. E afirmou que a ideia do governo é rejeitar, mas ouvirá os Executivos estaduais.

O discurso foi apoiado por aliados, como o governador de Roraima, Antonio Denarium (PSL), correligionário de Bolsonaro. Ele afirmou que o Estado tem sido penalizado nos últimos 30 anos por políticas indigenistas e ambientais. Disse ainda que 95% da vegetação nativa de Roraima está preservada, mas pediu ajuda para combater ações ilegais.

O presidente afirmou que essa “indústria da demarcação de terras” ocorreu logo após o governo José Sarney (MDB), na década de 1990, e citou como principal ação da época o estabelecimento das terras dos ianomâmis pelo governo Fernando Collor. Elas ocupam hoje áreas do Amazonas e de Roraima.

O Conselho Indigenista Missionário, organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reagiu, divulgando nota em que afirma que o presidente “insiste na mentira e na sorrateira tergiversação” ao tratar da questão indígena, mantendo “atitude incendiária e de repugnante agressividade aos povos originários e aos seus direitos de existência digna”. O Instituto

Socioambiental (ISA) lamentou “as declarações cínicas do presidente”. Segundo o ISA, há 4.332 requerimentos para exploração do subsolo em um terço das áreas indígenas registrados na Agência Nacional de Mineração, incluindo os Parques de Tumucumaque (AP e PA), Araguaia (TO) e Aripuanã (MT).

Ainda ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite exploração agropecuária e florestal em terras indígenas, a chamada PEC do Índio. O texto vai a plenário.

Solicitações. O presidente disse que até amanhã o governo deve apresentar medidas em resposta aos governadores. Também se estudam reuniões por Estado. Mas Bolsonaro não deixou claro se a proposta seria só para combater incêndios ou se avançará sobre mudanças na legislação, incluindo áreas de terras indígenas. / COLABORARAM BRUNO RIBEIRO e CAMILA TURTELLI

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/08/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Estados terão restrições para uso de recurso de megaleilão

BRASÍLIA- O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse ontem que estados e municípios poderão usar R\$ 21 bilhões a serem arrecadados com um megaleilão de petróleo marcado para novembro para pagar dívidas, cobrir o rombo de seus regimes previdenciários e fazer investimentos. Os governadores e prefeitos não conseguirão, porém, usar esse dinheiro para pagar salários de servidores.

As regras sobre o uso do recurso constarão numa Proposta de Emenda à Constituição (PEC) prevista para ser votada no plenário do Senado na noite de hoje. O texto ainda precisará passar pela Câmara. Alcolumbre informou as restrições após reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

30% REDISTRIBUÍDOS

A PEC determina o repasse de 15% do montante que será arrecadado no megaleilão para os estados e outros 15% aos municípios, seguindo os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

— Quando paga uma dívida, (o estado ou município) também libera o recurso do FPM e do FPE para investimento — disse Alcolumbre.

O leilão está marcado para o dia 6 de novembro. O governo estima arrecadar R\$ 106 bilhões com a iniciativa. Desse total, serão descontados aproximadamente R\$ 33 bilhões, a serem pagos à Petrobras pela renegociação de um contrato sobre a exploração de campos de petróleo na área do pré-sal. Dos R\$ 73 bilhões restantes a serem arrecadados pela União, R\$ 21 bilhões serão divididos entre estados e municípios.

É preciso alterar a Constituição para repassar o dinheiro para os governos regionais por conta do teto de gastos da União, regra que limita as despesas do governo federal. O pagamento à Petrobras e aos governadores e prefeitos será contabilizado como uma despesa. Por isso, para não descumprir a regra, será preciso criar uma exceção no teto de gastos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/08/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Plataforma da Petrobras vaza óleo no litoral do Rio

Com trincas, embarcação foi esvaziada. Estimativa é que 6,6 mil litros tenham sido jogados no mar

A Petrobras registrou vazamento de óleo no mar após trincas terem sido identificadas no casco de uma plataforma a serviço da estatal na Bacia de Campos, no litoral do Estado do Rio, embora com operações paralisadas desde o ano passado. A Modec, proprietária e operadora da plataforma do tipo FPSO chamada Cidade do Rio de Janeiro, afastou risco de naufrágio.

Segundo a empresa, a extensão das trincas aumentou ontem, mas ela frisou que o navio continua em posição “estável e em condições seguras, sob monitoramento permanente da empresa e da Petrobras”.

Anteontem, com a identificação da avaria, 107 funcionários embarcados foram retirados da plataforma. Inicialmente, a estatal falava em 1,2 mil litros de óleo derramado, mas foi constatado que o volume é maior: 6,6 mil litros. A Modec pretende rebocar a unidade para reparos em um estaleiro, mas ainda não definiu quando essa operação será realizada. A empresa informou ainda que emprega sete embarcações de apoio no local para recolhimento e dispersão do óleo vazado, além de outras quatro embarcações de apoio e um helicóptero.

A plataforma estava sem operar desde o fim de 2018 porque está em processo de descomissionamento. Em nota, a Petrobras confirmou ter sido informada

pela Modec sobre o aumento na extensão das trincas. Em janeiro, foi registrado outro vazamento de um dos tanques do navio.

ACIDENTE EM REFINARIA

Ainda sem uma solução para o problema na Bacia de Campos, a Petrobras informou ontem que também registrou vazamentos na Refinaria Abreu e Lima (Renest), em Pernambuco. De acordo com a estatal, um volume estimado de 5 mil litros de resíduo oleoso (óleo e água) vazou da estação de tratamento de despejos industriais da Renest.

Em comunicado, a empresa informou que “uma pequena parte do óleo atingiu um córrego que passa em uma área interna aos limites da refinaria”, mas já foi controlado. A Renest é uma das oito refinarias que a Petrobras colocou à venda. As causas do vazamento ainda estão sob apuração, e a operação da refinaria não foi alterada.

MME / ASCOM .